

COMUNICADO CONJUNTO Nº 002/2025

Belo Horizonte, data de assinatura.

Pelo presente Comunicado, referente às indenizações dispostas no Anexo 1 do Acordo de Repactuação, o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e o Estado de Minas Gerais, por meio de seus representantes designados para atuar no caso do rompimento da barragem de Fundão (05/11/2015), vêm esclarecer questionamentos recorrentes que lhe foram realizados pelas pessoas atingidas:

1. Indenização de R\$ 1.080.000.000,00 (um bilhão e oitenta milhões de reais)

O inciso I da Cláusula 31 do Anexo 1 do *Acordo de Repactuação* prevê o pagamento de indenização de R\$ 1.080.000.000,00 (um bilhão e oitenta milhões de reais), aos beneficiários do reassentamento, independentemente da opção de reparação (reassentamento coletivo, reassentamento familiar, reconstrução ou em pecúnia). Esse valor será dividido em partes iguais entre os núcleos familiares e, dentro de cada núcleo, igualmente entre todos os seus integrantes. A indenização objetiva compensar financeiramente os seguintes danos:

- atraso na entrega dos reassentamentos coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, reassentamentos familiares e reconstruções originárias;
- problemas constantes nos reassentamentos, como perda de área, testada, relação de vizinhança e declividade;
- impossibilidade de fornecimento de abastecimento de água para as atividades agrossilvopastoris.

2. Indenização de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais)

O item II da Cláusula 31 do Anexo 1 do *Acordo de Repactuação* estabelece o pagamento de uma indenização no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), para beneficiários do reassentamento que recebiam alimentação animal ou vales (*vouchers*) da Fundação Renova.

3. Informações sobre o pagamento das indenizações

O pagamento dos valores de **R\$ 1.080.000.000,00** e **R\$ 7.000.000,00**, conjuntamente com as demais quantias previstas para o Anexo 1, foi parcelado em 17 (dezessete) prestações, com fim no ano de 2040, obedecendo os seguintes prazos previstos no *Acordo de Repactuação*:

Quadro 1: Cronograma de desembolso dos valores previstos para o Anexo 1

Parcela	Valor (R\$)	Data Prevista de Pagamento
1	237.331.818,18	06/dez/2024
2	414.252.181,82	4/jun/2025
3	132.850.000,00	30/abr/2026
4	81.710.000,00	30/abr/2027
5	49.710.000,00	30/abr/2028
6	49.710.000,00	30/abr/2029
7	30.850.000,00	30/abr/2030
8	27.850.000,00	30/abr/2031
9	42.189.147,19	30/abr/2032
10	63.201.484,85	30/abr/2033
11	61.408.194,81	30/abr/2034
12	70.374.645,02	30/abr/2035
13	70.374.645,02	30/abr/2036
14	90.374.645,02	30/abr/2037
15	90.374.645,02	30/abr/2038
16	90.374.645,02	30/abr/2039
17	54.063.948,05	30/abr/2040

Fonte: Apêndice 22.1 e 22.2 do Anexo 22 do Acordo de Repactuação

A execução desses pagamentos às pessoas atingidas ficará sob responsabilidade das Instituições de Justiça e do Estado de Minas Gerais (Cláusula 31, III, §5º, do Anexo I do Acordo de Repactuação), que irão realizar um chamamento público para selecionar e contratar uma entidade para gerir e executar esses pagamentos. Está em elaboração termo de referência neste sentido. Contratada a entidade, será divulgado o cronograma previsto para a realização das etapas que poderão incluir organização e checagem dos dados dos(as) beneficiários(as), elaboração de cenários de pagamento considerando os recursos existentes, diálogo comunitário, acompanhamento da celebração dos acordos e do efetivo pagamento, dentre outras.

Destacamos que, conforme disposto na Cláusula 31, III, §5º, do Anexo I do Acordo de Repactuação, os levantamentos totais ou parciais dos valores devidos aos núcleos familiares serão realizados, mediante prévia celebração de acordo judicial, que será firmado com cada núcleo familiar, através da instauração de procedimento de jurisdição voluntária com a participação da Samarco Mineração S/A, com convite para participação das Instituições de Justiça, na realização de mutirão judicial em iniciativa promovida pelo CEJUSC do TRF 6, podendo ser realizada cooperação entre os Tribunais.

Os pagamentos serão realizados somente a partir do cumprimento destas etapas, visando garantir sua execução com segurança jurídica. sem possibilidade de previsão neste instante da data de sua realização, estando as Instituições de Justiça e Estado de Minas Gerais empenhados em iniciá-los o quanto antes for possível.

Por fim, os signatários deste Comunicado informam que, em hipótese alguma, realizam comunicações informais ou reservadas sobre temas sensíveis da repactuação. Toda informação relevante será, obrigatoriamente, divulgada de forma coletiva, formal e pública. Nesse sentido, caso algum indivíduo ou grupo afirme possuir informações de caráter exclusivo ou confidencial sobre prazos, pagamentos ou decisões do Comitê Estadual, orienta-se que esse relato seja imediatamente comunicado ao Ministério Público de Minas Gerais para averiguação.

Reforçamos que todas as atualizações oficiais sobre a repactuação, inclusive prazos, marcos de entrega e início do pagamento das indenizações, serão sempre divulgadas por meio dos canais formais das instituições de justiça, com o apoio da Comissão de Atingidos e assessoria técnica independente.

Embora as Instituições de Justiça mantenham-se abertas ao diálogo com a comunidade, inclusive para atendimento de atingidos e seus representantes legais para dirimir dúvidas, a veiculação de novas informações sobre a repactuação será sempre feita de forma coletiva, de modo a assegurar que todas as pessoas atingidas, e não apenas um grupo, tenham acesso igualitário à informação verídica, segura, atualizada e qualificada.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Daniel Augusto de Camargo Lima
Campos**
Promotor de Justiça

Mariana Cristina Pereira Melo
Promotora de Justiça

Leonardo Castro Maia
Promotor de Justiça

Shirley Machado de Oliveira
Promotora de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Eduardo Henrique de Almeida Aguiar
Procurador da República

Carlos Bruno Ferreira da Silva
Procurador da República

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Antônio Lopes de Carvalho Filho
Defensor Público

Felipe Augusto Cardoso Soledade
Defensor Público

ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabriela Martins Durães Brandão
Titular do EMG no CEMG

**Thaís Cristina Lopes de Araújo Vilas
Boas**
Titular Adjunta do EMG no CEMG

Ana Cláudia Machado Botelho Lutfy
Suplente do EMG no CEMG